



SEÇÃO TEMÁTICA

As muitas manifestações da intolerância *The multiple manifestations of intolerance*

Konrad Körner*

Resumo: A intolerância está em todo o ser humano e em toda a sociedade. Como manifestações coletivas da intolerância, citamos a atual crise de refugiados, o racismo, o antissemitismo, a intolerância religiosa, a intolerância em relação a homossexuais e transexuais. A intolerância individual pode ser imposta pela dependência da respectiva cultura ou de determinadas pessoas. Ela recebe o seu impulso do inconsciente, seja em virtude da identificação com a sociedade, seja porque não há tolerância em relação a certos desejos pessoais reprimidos e negados. Sendo assim, a conquista da tolerância está associada intimamente ao processo de conscientização.

Palavras-chave: Intolerância racial, sexual e religiosa; antissemitismo.

Abstract: Intolerance is present in every human being, as well as in the whole society. As collective intolerance manifestations, we mention the current crisis of refugees, racism, anti-Semitism, religious intolerance, intolerance towards homosexuals and transsexuals. Individual intolerance can be imposed by the dependence on the respective culture or on certain individuals. It receives its impulse from the unconscious, being it either due to the identification with the society or because there is no tolerance towards some repressed and denied personal desires. This way, the achievement of tolerance is intimately associated to the process of getting awareness.

Keywords: Intolerance of race, sexuality and religion; anti-Semitism

Introdução

A intolerância tanto é fenômeno coletivo quanto individual. Ela não é somente a atitude de não tolerar alguém ou algo, mas também o uso de algum tipo de força violenta para combatê-lo. Tal força pode ser física, psíquica ou religiosa. Quando se trata de um fenômeno coletivo, a força pode ser usada em nome da lei, do bem-estar da sociedade e de Deus, em forma de punir, perseguir, expulsar ou até matar. Manifestando-se a intolerância a nível individual, todos os meios podem ser usados não somente para criar distância, mas também para denunciar e combater as respectivas pessoas. De forma geral, a intolerância se refere a um outro que é negado

* Presbítero e psicanalista. Arquidiocese de São Paulo. konkor@terra.com.br

na sua alteridade e diferença. Isto acontece porque o outro é experimentado como ameaça muito perigosa.

No livro da UNESCO sobre a intolerância, chega-se à conclusão de que “a intolerância está em todo o ser humano e em toda a sociedade” (Barret-Ducrocq, 2000, p. 265). Da mesma forma como em tempos passados, “as velhas intolerâncias ainda estão presentes”. Nelas se manifesta “o ódio ao que não é como nós” (Wiesel, 2000, p. 209). Segundo U. Eco, no fundo não é uma doutrina em si de “fundamentalismo, integralismo, racismo pseudocientífico” que causa intolerância. Esta, pois, “tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais em forma de territorialidade e baseia-se em emoções superficiais. Não gostamos dos que são diferentes de nós, porque têm uma cor diferente de pele, porque falam uma língua que não entendemos”, porque usam alimentos para nós estranhos ou se apresentam numa maneira que nos irrita. Nascemos com intolerância ao diferente, como o mostra bem a criança que se apropria de tudo e reage com violência quando alguém tira o que é dela. As “doutrinas da diferença” somente se tornam causa de intolerância porque tocam “um fundo de intolerância difusa, preexistente” (Eco, 1997, p. 17).

Prefiro citar alguns exemplos do âmbito coletivo e individual, para refletir sobre as causas possíveis da intolerância, sob o enfoque da psicanálise. Tendo em vista que o próprio S. Freud e vários dos primeiros psicanalistas foram vítimas da intolerância racista, a psicanálise está no cerne da intolerância (por exemplo, Rodella de Andrade Tittoto, 2017, p. 17-31).

As manifestações coletivas da intolerância

Os refugiados

Especialmente a Europa está enfrentando a pressão de grandes multidões de pessoas que fugiram dos seus países de origem na África e Ásia, buscando segurança, sobrevivência e condições mais dignas de viver. Embora essa pressão já esteja prevalecendo há vários anos, as hostilidades contra tais “invasores” se mantêm de várias formas. Ouvimos até de ataques físicos contra refugiados, e a locais em que estão alojados e que nem sempre são bem guardados. As resistências contra a sua integração nos países que os têm acolhido são bastante fortes. As rejeições e hostilidades justificam-se com a existência de pobres e de desemprego no próprio país e, de forma mais perigosa, com a incidência de atos de criminalidade que, isoladamente, foram cometidos por um número ínfimo dos refugiados. O fato de se terem infiltrado no meio de refugiados membros do IS, “Estado Islâmico”, aumenta

ainda mais a hostilidade e rejeição. O que mais parece fomentar tal hostilidade é, de um lado, o medo de ter que partilhar e, do outro lado, o medo do estranho, do diferente. O quão profundo é a intolerância nos tempos atuais prova o fato do crescimento dos partidos de direita nas últimas eleições.

Embora em proporções bem menores, também aqui no Brasil ouvimos de preconceitos contra refugiados. Tempos atrás, os meios de comunicação noticiaram de haitianos que do norte do país foram mandados para São Paulo e para outras cidades. Em virtude da situação atual na Venezuela, muitas pessoas deste país têm chegado aos Estados fronteiriços de Roraima e Amazonas. Preconceito e medo não precisam ser intolerância, mas podem estar a serviço dela. Por exemplo: temos em São Paulo grupos de outros países da América Latina que são tolerados, embora vivam não muito integrados na sociedade.

O Brasil, pela sua origem, é um país multi-racial e pluri-cultural. Temos um Brasil, por assim dizer, de muitos brasis, como expressa o título do livro de G. Freyre: “Brasis, Brasil, Brasília (Freyre, 1968). As pessoas vindas em séculos passados de quase todos os países do mundo conseguiram, de um lado, conservar as suas características culturais e, do outro, criar condições de uma convivência relativamente pacífica. Sendo assim, é de se esperar que os refugiados, que nestes tempos atuais vêm vindo para o Brasil, aos poucos possam ser integrados do mesmo jeito como os imigrantes anteriores. Na Europa, não havendo tal pluralidade na unidade, por ora em vários países prevalece, em maior ou menor intensidade, a intolerância. Alguns países da Europa de Leste até se negam categoricamente a acolher refugiados, mesmo contra as determinações da União Europeia, da qual fazem parte. Pode ser que haja aí o temor de que as privações sofridas no tempo da dominação comunista possam voltar.

O racismo

No decorrer da história da humanidade, muitos povos e raças desapareceram. Na maioria das vezes, tratava-se de consequências de guerras e conquistas. No próprio Antigo Testamento, o Livro de Josué fornece muitos exemplos de que outros povos e outras raças tiveram que ser eliminadas para que “o povo eleito” tivesse a sua terra prometida. Até o próprio Deus exigia que os antigos habitantes de Canaã fossem eliminados pelos conquistadores israelitas. Não se trata aqui de racismo propriamente dito, mas da eliminação de etnias e povos com o intuito de conquistar a terra, protegendo, assim, o rigoroso monoteísmo javista, que é considerado a única garantia da posse da terra.

A intolerância contra os povos indígenas nos lembra, de alguma maneira, a matança dos povos de Canaã, porque se justificava com alguma ordem de Deus, embora o objetivo tenha sido meramente a apropriação das terras e riquezas dos impérios indígenas. Hoje, ainda, ouvimos que índios são expulsos das suas terras por causa da expansão do negócio agropecuário ou porque há interesses por minerais. A intolerância contra os povos indígenas parece ser guiada quase que exclusivamente pela ganância de riqueza.

R. Graham começa a sua introdução com essas palavras: “Na interpretação da história brasileira no século XIX, três questões predominantes emergiram: a estrutura de classe de uma economia baseada na escravidão; as transformações que acabaram com a escravidão sem destruir essa estrutura; a dependência do Brasil dentro da realidade econômica internacional”(Graham, 1979, p. 9). Sendo os escravos na sua quase totalidade da raça negra, a estrutura da escravidão continua afetando os negros mesmo após a sua libertação legal. Em 1988, A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dedicou a Campanha da Fraternidade à raça negra com o tema: “A fraternidade e o Negro”. O fato de os bispos brasileiros acharem necessário esse apelo à fraternidade, por si só, prova que o racismo não está desaparecido no país (Grande Sinal, Clamor do Negro. Gemido do Espírito, 1988, p. 91).

Não há no Brasil um “conflito racial” como nos EUA, ou como havia em Ruanda, mas persistem, mais velados do que abertamente, preconceitos raciais. Aparentemente, a mola maior desse racismo é a defesa de uma suposta superioridade da raça branca sobre a raça negra. No Brasil, os negros não ameaçaram nem estão ameaçando o poder econômico ou político dos brancos. Transformados em escravos, os negros eram a mão de obra que garantia a riqueza dos brancos. A intolerância contra negros parece ser mais fomentada pela defesa de uma suposta superioridade econômica e política dos brancos. Todavia, com certeza, influi também a força do diferente que a cor negra, por si só exerce. Não se pode esquecer que a transformação dos negros em escravos teve a aprovação de papas, já que aqueles, como não cristãos, eram considerados “inimigos da fé” (Grande Sinal, Clamor do Negro, 1988, p. 93).

O antissemitismo

R. Loewenstein cita quatro fatos em que se baseia o antissemitismo: o antissemitismo político, o antissemitismo xenofóbico, o antissemitismo econômico e o antissemitismo religioso. Todavia, o autor lembra também a incidência de causas inconscientes (Loewenstein, 1968, p. 51ss). O antissemitismo funciona como uma

espécie de bode expiatório. Para desviar a atenção de problemas sérios que afetam a sociedade, fomenta-se a hostilidade contra grupos minoritários. A xenofobia, como medo e ódio aos estrangeiros, “é um fenômeno, senão geral, pelo menos muito frequente” (Loewenstein, 1968, p. 52). A hostilidade xenofóbica pode aumentar quando se trata de um grupo de minoria. Cabe lembrar que os judeus na Europa sempre eram minoria. No âmbito econômico, os judeus muitas vezes são associados a donos do dinheiro. Identifica-se, por exemplo, agiotas com judeus, da mesma forma como, hoje, com os donos do capital mundial. Há uma interessante pesquisa sobre a incidência de antissemitismo em terapias. Os autores, entre outros fatores, também percebem a associação de judeus a dinheiro, que são “poderosos, superiores, exploradores, estrangeiros” (Jahoda; Ackerman, 1969, p. 134).

O Cristianismo, desde o seu início, enfrentava grandes dificuldades na sua distinção em relação ao Judaísmo. Os Evangelhos e as cartas dos apóstolos, especialmente de Paulo, entenderam-se como o “verdadeiro Israel”, título este que o Judaísmo combatia. Enquanto para os cristãos Jesus é o Messias esperado, os judeus continuam esperando o seu Salvador e libertador. Esse clima de hostilidade mútua contribui para a interpretação tendenciosa de certas palavras do Novo Testamento. Muito citada é a palavra de Mt 27,25, no contexto do processo contra Jesus diante de Pilatos: “O povo todo respondeu: ‘Que o sangue dele recaia sobre nós e nossos filhos’”. Já que os próprios judeus afirmam que são responsáveis pela morte de Jesus Cristo, aceitando as consequências deste seu ato, os cristãos os perseguem e matam como inimigos de Jesus Cristo. Para não “crucificar novamente o Filho de Deus e o expor a injúrias”, como o diz Hb 6,6, os cristãos crucificam os crucificadores. Segundo F. Hinkelammert, julgando e condenando os judeus, os cristãos antecipam o juízo final (Hinkelammert, 1983, p. 266ss).

Julgando os judeus em nome de Deus, os cristãos fazem o que somente a Deus cabe fazer. Na sua identificação com Deus, na verdade, eles procedem da mesma maneira que os líderes religiosos na oportunidade da condenação de Jesus. Este foi condenado em nome de Deus e da sua Lei. Mata-se Deus em nome de Deus! A fé no Deus da Lei é usada tanto por judeus quanto por cristãos para justificar a morte violenta de outros. A suposta necessidade de crucificar os crucificadores para evitar que Jesus Cristo seja novamente crucificado, na verdade, não apenas nega a Deus, mas também ao seu amor que quer salvar todos os seres humanos. A Igreja não seguiu ao exemplo do Jesus Crucificado que, segundo Lc 23,34, dizia: “Pai, perdoai-lhes: não sabem o que fazem”. Incapaz de seguir ao exemplo do perdão do próprio Crucificado, a Igreja agiu da mesma forma como os líderes religiosos dos judeus.

Mesmo que se deva entender os momentos históricos vividos pela Igreja, fato é que ela tem regredido à religião da lei dos judeus, motivo pelo qual não “sabia o que estava fazendo”.

Os líderes religiosos, envolvidos na morte de Jesus esperavam um Messias que fizesse de Israel a primeira e maior de todas as nações. Presos dentro dessa expectativa, eles não só não levaram a sério Jesus, mas também despejaram sobre ele todo o seu ódio decorrente da imaginação narcisista da sua grandiosidade. A religião deles se confundia com o narcisismo em que acreditavam que, cumprindo a Lei de forma perfeita, o Messias viesse e fizesse deles o maior de todos os povos. Essa religião narcisista se defende na exigência da morte de Jesus. Em se tratando de uma realidade inconsciente, objetivamente eles nem têm culpa. A isso alude o perdão de Jesus proferido em Lc 23,34. Projetado a culpa pela morte de Jesus Cristo em cima do povo judeu, a Igreja negava a sua própria culpa no intuito de exibir o seu poder narcisista. Onde predomina o narcisismo não há respeito pela vida nem a prática do amor ao próximo. Igreja e Israel se entendem como “povo eleito” de Deus. Isto nos pode fazer suspeitar que a briga tenha sido de ordem narcisista, sobre quem fosse mais amado por Deus.

O crime mais escandaloso e injustificável contra o povo judeu foi cometido pelo nazismo alemão de A. Hitler. Ai se mata por pura intolerância. Pretendendo a defesa de uma suposta raça superior, a matança do povo judeu prova que, em vez de superior, essa raça foi inferior no sentido mais baixo possível. S. Freud, no seu comentário sobre o anti-semitismo, questiona tal superioridade. Ele lembra as inúmeras contribuições de pessoas judias na cultura e nas ciências da Europa (Freud, 1975). Quando o papa Bento XVI perguntava, no campo de concentração de Auschwitz, onde estava Deus naquelas brutais matanças de pessoas, ele parece não ter lembrado de Mt 25, 31-46, em que se diz que Jesus Cristo está em todos os que sofrem e são perseguidos. Isto quer dizer que ele estava naquelas pessoas judias que foram “crucificadas”. Isto nos lembra, especialmente, a Teologia da Libertação que, no entanto, o então papa não tolerava muito.

A intolerância religiosa

“Que se saiba, o Corão é o único texto sagrado que afirma, sem rodeios, sem ambigüidade e com inteira clareza, o direito à liberdade religiosa” (Talbi, 2000: 56). Por pura ironia, hoje é a religião islâmica que mais se associa à intolerância. Aqui no Brasil são diversas igrejas neopentecostais que, abertamente, identificam membros de

outras igrejas e grupos religiosos, especialmente os católicos, com o diabo. “O outro é o demônio” é o título de uma análise sociológica do fundamentalismo (Oro, 1999). Nestes dias, ouvimos da destruição de templos de religiões afro-brasileiras, incentivada por neopentecostais que pertenceram àquelas religiões. A história da Igreja Católica é marcada por absoluta intolerância em relação a todos aqueles que não concordam com a sua doutrina e o seu saber. Embora não mais na mesma intensidade como, por exemplo, na Idade Média, tal intolerância ainda existe. M. Lütz fala, no seu livro, da Igreja Católica como “gigante bloqueado” que “numa história de dois mil anos, apesar de esforços zelosos, não tem conseguido de se destruir a si mesma” sendo, por esta razão, “a suicida mais fracassada da história da humanidade” (Lütz, 2014, p. 19). Ela é intolerante em relação a si própria, fato que bloqueia todo o seu dinamismo. M. Lütz fala de uma “surpreendente intolerância dos ‘tolerantes’ que surge em pessoas que julgam ser ‘progressistas’”, mas não admitem que a instituição em si não está mudando. Assim, ele diz: “pois quem se define a si mesmo como tolerante corre o risco tornar-se cego diante da própria intolerância” (Lütz, 2014, p. 26). Segundo esse autor, portanto, até hoje a Igreja Católica permanece intolerante.

Os exemplos de tal intolerância são fatos históricos. O livro “Sexo e tortura na Igreja” cita a perseguição e punição especialmente de “hereges, pagãos, judeus, bruxas, apóstatas, inimigos da Igreja e do papa” como testemunhas de condenados e torturados (Herrmann, 2013, p. 61). A Inquisição vitimou tanto quem divergia da doutrina oficial que a hierarquia impunha quanto pessoas acusadas de bruxaria e possessão demoníaca. A tortura não era somente de brutalidade física, mas, especialmente, psíquica. Cabe lembrar a moral sexual extremamente intolerante. A sexualidade foi tratada quase que exclusivamente sob o estigma do pecado, de modo que se identificava automaticamente a sexualidade como culpa. Tendo em vista que todos os membros da hierarquia tinham que observar o celibato obrigatório, facilmente poder-se-ia entender tal procedimento como gerado por frustração e inveja, embora sempre se exaltasse o ideal do celibato como superior ao matrimônio.

É possível que se suspeite de que toda a religião seja intolerante. Entendendo a religião como um sistema de saberes que determina o comportamento e a ação das pessoas, nenhum saber diferente é tolerado. Na medida em que a Igreja se tem transformado em religião, com necessidade, ela se tem tornado intolerante. Os grandes e pequenos cismas da Igreja começaram com discussões em torno de saberes. O papa e o seu magistério vigiavam sobre as verdades da fé, não tolerando nenhuma

diferença. O poder da hierarquia da Igreja, na verdade, tem o seu sustento no saber oficial que não pode ser contestado. Esse saber determina o que é permitido e o que é proibido, o que é bom e mal. A identificação com o saber da hierarquia era condição indispensável para a pertença à Igreja. Quem não aceitava o saber oficial da Igreja, se antigamente terminava na fogueira, hoje é censurado ou até excomungado e expulso da Igreja.

Quando determinada religião se torna a religião oficial da sociedade, a intolerância é defendida por meio da lei do Estado. Declarando o imperador o deus da sociedade, o império romano era intolerante contra todos que não aceitaram o culto a um divinizado César. Na medida em que tem crescido o número de cristãos que não adoram o imperador como deus, todo o império começou a enfraquecer e cair. A intolerância religiosa, na verdade, era necessária para defender o poder político. O mesmo fenômeno se repetiu onde o Cristianismo era a religião oficial do reino. Por esse motivo, a reforma de Martinho Lutero não era somente um problema religioso que ameaçava a Igreja Católica Romana, mas também uma questão política. Valia o princípio segundo o qual o povo tinha que seguir a religião dos seus reinantes. Em virtude do entrelaçamento da religião com o poder político, havia grande intolerância em relação a qualquer diferença em relação à religião oficial.

Embora de forma menos intensa, a intolerância doutrinária permanece até os dias de hoje. Lembro a censura e a punição de teólogos da Libertação que foram acusados de ameaçar o saber oficial da Igreja. Nenhuma importância é dada, nesses casos, à centralidade do amor ao próximo, que, segundo o Evangelho, é o mandamento maior e principal. Ouvi certo arcebispo afirmar num sermão que a Igreja sempre era comunitária, pois todos estavam unidos com o papa. Subentende-se aqui que a união seja criada pelo saber igual e não por uma relação humana e pessoal. Todavia, a identificação com o saber oficial gera a dependência dos fiéis em relação à hierarquia que, por sua vez, assim garante o seu poder. É de se suspeitar que o referido arcebispo não apenas tenha falado da “união com o papa”, mas muito mais do seu próprio poder autoritário. Até hoje há suspeitas constantes sobre a ortodoxia de determinada afirmação teológica. Na verdade, não se trata da defesa da verdade, mas muito mais da defesa do poder hierárquico. Contra essa Igreja hierárquica se coloca a Igreja comunitária. A Teologia da Libertação recolocou essa Igreja no centro do jeito de ser Igreja, o que, porém, tem provocado constantes censuras da hierarquia. Fato é que a Igreja hierárquica, na medida em que se prende à defesa de saberes absolutos, torna-se intolerante até nos tempos de hoje.

A intolerância em relação a homossexuais e transexuais

Comumente, há a opinião de que a homossexualidade era mais aceita na Antiga Grécia. Especialmente, cita-se Platão, que, no *Banquete*, exalta a relação homossexual entre homens. Embora tenha sido prática também na Antiga Roma, o que era considerado vergonhoso era a posição passiva nessa relação. Tal posição, pois, foi associada à inferioridade (Graña, 1998, p. 148ss). A absoluta maioria das religiões condena e pune a homossexualidade. Até pouco tempo atrás, muitos Estados tratavam a homossexualidade como crime sujeito a penas legais. Até hoje há Estados, mais no mundo do Islamismo, cuja legislação condena práticas homossexuais. De uma forma geral, pode-se dizer que a condenação civil da homossexualidade foi influenciada pela respectiva religião. Em países cristãos, “a alienação, solidão e discriminação sofridas pelos homossexuais podem ser atribuídas, em grande parte, às atitudes da Igreja” (Krosnik, 1982, p. 227).

O Antigo Testamento condena a prática homossexual com extrema severidade. Lv 20,13 pune com a morte o homem que “dorme com outro homem, como se fosse mulher”. Tal proibição rigorosa, no entanto, tem por finalidade a de evitar que Israel siga outros povos que não reconhecem Javé como seu Deus. Lv 18,3, 18,24, 18,30 relacionam a condenação da homossexualidade ao perigo de afastar-se da fé em Javé, que é o único Senhor e Deus de Israel. A condenação da homossexualidade no NT parece ter o mesmo objetivo, ou seja, o de evitar que as comunidades cristãs imitam práticas sexuais de gregos e outros povos. Assim diz 1 Cor 6, 9-10: “nem os pornoi (homens envolvidos com prostituição), nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os malakoi (homens que se engajam passivamente em atos homossexuais), nem os ladrões... possuirão o reino de Deus”. Rom 1,25-27 deduz a prática homossexual da idolatria, em que se serve “à criatura em lugar do Criador”.

A Igreja condenava toda a prática sexual fora do matrimônio como pecado grave. A respectiva afirmação é defendida até hoje. A homossexualidade, por excluir o matrimônio e por ser considerada contra a natureza, sofreu uma dupla condenação. Os homossexuais foram perseguidos e tratados como as bruxas, como possuídos pelo diabo. Foi S. Freud que nos provou que uma educação que proíbe e pune a sexualidade como pecado, reprimindo e negando o desejo sexual, torna o desejo sexual autônomo no inconsciente. Por mais que a sexualidade seja diabolizada, mais ela busca satisfações simbólicas e substitutas. Foi por esse motivo que S. Freud começou a buscar na sexualidade reprimida e negada a causa das patologias psíquicas. A Igreja, como sempre, condenou o “pansexualismo” de S. Freud, fechando-se ainda mais diante de psicanálise e da psicologia. Além de impor a toda a

sexualidade o estigma da culpa, ela, contra a sua vontade, assim colaborou na formação de quadros da homossexualidade. Basta citar aqui os exemplos de pedofilia no meio de membros da hierarquia sacerdotal. A sexualidade desses padres ficou fixada ao estágio infantil, fixação essa que leva compulsivamente à atuação sexual em relação a crianças e adolescentes. Em vez de ter coragem de analisar as causas das práticas pedofílicas de sacerdotes, a Igreja age como sempre, isto é, só pune e condena. Fato é que o padre pedófilo também foi vítima inocente na sua infância. Isto não justifica o ato da pedofilia, mas tenta compreendê-la melhor.

Não podemos negar que, hoje, a Igreja tenta tirar da sexualidade o estigma do pecado. Há documentos oficiais que exaltam o valor construtivo da sexualidade. Até a Bíblia deixa de ser vista como fonte de condenação da sexualidade (Cole, 1967; Horner, 1989; Benetti, 1998; Calvani (Org.), 2010). Em relação à homossexualidade, enfoca-se o respeito pela pessoa, valorizando a fé cristã da pessoa homossexual (Besson, 2015). Várias manifestações do Papa Francisco apontavam a necessidade de tirar as pessoas homossexuais do estigma da condenação, exigindo respeito por elas. Ao mesmo tempo, porém, há sérias objeções contra a ordenação sacerdotal de pessoas homossexuais, até quando nelas se constata a mera tendência para a homossexualidade. Oficialmente há ainda preconceitos, embora se ouça falar de uma incidência relativamente alta de homossexualidade entre o próprio clero. Conhecido é o caso de um cardeal na Áustria que se manifestou em público contra a homossexualidade, o que trouxe à cena ex-alunos dele que revelaram práticas homossexuais dele com eles. Tais casos indicam que ainda há certa hipocrisia da hierarquia nas suas falas sobre a homossexualidade.

Atualmente, há campanhas de certos grupos tradicionais contra a discussão em torno do transsexualismo. Parte-se do fato que o ser humano ou nasce homem ou nasce mulher e que esse fato “natural” deva determinar a vida sexual das pessoas. Nesse caso, não se admite que o sexo biológico não necessariamente coincida com o sexo psíquico. Há mulheres que somente têm o corpo feminino, mas se sentem e vivem como homens. Igualmente, há homens cujo corpo mais tende para ser de mulher. Daí surgem as discussões em torno da mudança de sexo por meio de intervenções cirúrgicas. Antes que se endureça a intolerância em relação a essa questão, a meu ver, deve-se ouvir especialistas nesta área (Chiland, 2008; Baldaro Verde; Graziottin, 1997; Freitas, 1998).

Não é de se negar que tem avançado muito, nos últimos tempos, a tolerância em relação a pessoas homossexuais. Tenho a impressão que há países em que a convivência se normalizou a ponto de a respectiva preferência sexual deixar de ser

um critério de aceitação. No Brasil, no entanto, festeja-se com euforia a Parada Gay como a maior do mundo, provavelmente mais por ser a maior do mundo. Na verdade, porém, há ainda profunda discriminação de homossexuais, hostilidade aberta e insultos pesados, mais por parte de pessoas de pouca instrução escolar. O fortalecimento numérico das igrejas neopentecostais reforça bastante os preconceitos contra os homossexuais. Neste último caso, o fator pecado e culpa parece novamente prevalecer. Na discriminação prática de homossexuais, do contrário, parece ser mais forte o complexo machista com o seu ideal de normalidade (Carvalho Ferraz, 2005). O pavor de não corresponder ao ideal machista e feminista da normalidade pode ser responsável por uma violenta hostilidade contra pessoas homossexuais. O mecanismo da projeção explica essa forma de discriminação. Projeta-se no outro o que não é tolerado em si próprio e o condena. Todavia, é também preciso que seja considerada a intensa dependência da respectiva cultura. Seja como for, de uma ou outra forma, a intolerância contra pessoas homossexuais continua atuando.

A intolerância a nível individual

Pelo que já foi tocado, os atos de intolerância cometidos por indivíduos são produzidos por fatores inconscientes. O inconsciente é bem mais amplo do que o seu conteúdo reprimido que se formou em virtude da “intolerância” em relação a desejos e afetos. Falo aqui da repressão, que é somente um dos muitos mecanismos de defesa. Com Anna Freud (Freud, 1977), cito, além da repressão como mecanismos a regressão, a formação reativa, o isolamento, a anulação, a projeção, a introjeção e a volta contra o eu. Há ainda outros mecanismos, tais como a identificação, identificação projetiva e divisão (Melanie Klein), negação, deslocamento. Os mecanismos são os meios pelos quais o ego se protege contra perigos externos e internos que causam angústia. Perigos internos são desejos e afetos cuja atuação se associa à perda do amor dos pais e a castigos. De acordo com a cultura da sua época, S. Freud ilustrava especialmente a repressão de desejos sexuais. Hoje, elucidam-se mais as fantasias e os desejos agressivos e violentos, sua negação e seu deslocamento para o inconsciente. A cada tipo de neurose e psicose corresponde um ou mais dos mecanismos de defesa.

No Superego estão atuando as influências herdadas da cultura e da sociedade, bem como as consequências da educação desde a primeira infância. De um lado, temos a pressão das pulsões que querem ser satisfeitas e, do outro, as exigências do Superego. O Ego é obrigado a tratar as exigências da pulsão de uma forma que pode

ser aceita pelo Superego. Para essa finalidade servem os diversos mecanismos de defesa. Desejos sexuais e agressivos são tratados de acordo com as exigências do Superego. Todavia, os mecanismos de defesa não eliminam os desejos e afetos, pois somente conseguem “escondê-los”, tratá-los como se não existissem, projetá-los em cima de outros, deslocá-los para algo insuspeito. Desse modo, a satisfação proibida pelo Superego está acontecendo, mas sob o intenso sentimento de culpa. Os sintomas de neurose e psicose são, por assim dizer, satisfações veladas de desejos proibidos, ou satisfações sexuais “escondidas”, ou meios disfarçados de agressões.

A intolerância no trato de desejos e afetos é imposta pelo medo de perder o amor dos pais e pela angústia do abandono (S. Freud, 1926/1925; 1940). O desejo e o afeto, que foram tornados inconscientes, podem emergir por força de algum estímulo externo. Todos os esforços são feitos para deslocá-lo novamente para o inconsciente. Um desses esforços é a projeção do desejo proibido para o outro e, então, condená-lo como culpa do outro. Se, por exemplo, o desejo homossexual foi categoricamente afastado da própria consciência, a prática homossexual de outro atrai sobre si a mesma intolerância. Alguém, cuja agressividade fora violentamente proibida para corresponder ao desejo dos pais de ser uma “criança boazinha”, pode tornar-se extremamente intolerante a outro “agressivo”, ou então, usar a agressividade do outro para agredir a si próprio de forma intensiva.

Em resumo, a intolerância de indivíduos ou é posta em ação em virtude da dependência de grupos intolerantes ou é reação a desejos e afetos próprios que desde a infância tinham que ser evitados por medo de castigos e de abandono.

Alguns apontamentos psicanalíticos sobre a intolerância

Manifestações normais de intolerância

No início desse trabalho já citei U. Eco, que nos lembra de intolerâncias inatas e normais (Eco, 1997, p. 17). Esse autor fala de animais que não toleram nenhuma invasão do seu espaço, deixando entendido que o ser humano, em primeira reação, age do mesmo modo. Cada um defende o que considera o seu próprio espaço, o seu próprio mundo. Da mesma forma como o macho animal ataca qualquer rival que se queira apoderar-se das fêmeas de seu bando, os homens também se defendem com violência contra rivais que perturbam o real ou imaginário domínio sobre mulheres e outros. Todos reagem com intolerância quando são humilhados, prejudicados, perseguidos. Mesmo sendo o amor ao inimigo um mandamento cristão, a princípio

não se tolera o inimigo. Basta que se tenha a impressão de que alguém seja contra nós, já se põe em ação, de alguma forma, a intolerância. Consideramos até uma intolerância necessária quando são ignoradas ou desrespeitadas as leis que regulamentam a convivência. Ninguém tolera ladrão, assassino, ou qualquer criminoso que atente contra as leis da convivência. Há intolerância muito justa contra a exploração e escravidão. M. Perrot inclui entre o que é intolerável a própria intolerância, “o sofrimento dos fracos, joguetes e vítimas dos poderes públicos e privados: crianças, estrangeiros, deficientes, pobres de pobreza extrema...” (Perrot, 2000, p. 111).

O próprio Jesus se mostrou intolerante não somente em relação aos seus adversários, tais como fariseus, escribas, sumos sacerdotes, anciãos, mas também contra os seus próprios discípulos. Após a transfiguração, onde estava com os três discípulos “especiais”, voltando para os outros nove, ele ficou muito irritado. Ao que tudo indica, esses nove estavam com ciúme ou até inveja dos três primeiros, querendo provar que eram melhores do que estes. Encenaram diante de uma multidão um espetáculo de uma cura sensacional de um menino. Segundo Mc 9,18 e Lc 9,39, tratava-se de um caso de epilepsia, ao passo que Mt 17,15 mais aponta os sintomas de uma psicose maníaco-depressiva. Seja o que for, nos dois casos houve um estrondoso fracasso em que, ao que tudo indica, os discípulos foram ridicularizados e vaiados. A bronca de Jesus foi intolerante, chamando-os de “incrédulos e perversos”. A irritação transparece na pergunta: “Até quando preciso suportar vocês?” (Mt 17,17; Mc 9,19; Lc 9,41), que diz o mesmo: “não aguento mais vocês”. A mesma irritação de Jesus está presente quando os discípulos brigam entre si porque cada um quer ser o maior. Eles não tinham gostado de ouvir de Jesus que se comportavam como crianças pequenas brigando sobre quem era a maior. Na sua resistência, nem mais deixaram crianças se aproximarem de Jesus (Mt 19,13-15; Mc 10,13-16; Lc 18,15-17).

Dentro do processo terapêutico há a mesma resistência contra a conscientização de conteúdos inconscientes, especialmente quando se toca no narcisismo que quer fazer de cada um o maior e o melhor. Tal resistência pode se transformar em intolerância capaz de abandonar o processo analítico. Aliás, a resistência inconsciente acompanha todo o processo terapêutico, fato que prova que os conteúdos reprimidos e negados, de fato, não são tolerados.

A intolerância em relação ao estranho

Os refugiados são desconhecidos, estranhos, para as pessoas em cujo país estão entrando. Tudo neles é desconhecido: a língua, os costumes, a cultura e a sua

situação atual de desespero. Tudo o que é estranho, a princípio, tem em si a tendência de suscitar intolerância. Nesse sentido pode-nos ajudar o texto “O estranho” que S. Freud escreveu em 1919 (Freud, 1975). A partir da palavra alemã “*unheimlich*”, S. Freud explica que aí há referência a algo que era uma vez familiar e que, depois, tornou-se oculto. Em português, o sentido da palavra não seria somente algo “desconhecido”, mas o desconhecido que assusta e provoca reações. É algo oculto que está sendo sentido como perigoso. S. Freud enumera como exemplos uma sequência estranha de repetições de acontecimentos, coincidências incomuns, na tentativa de encontrar o caminho certo sempre passar pelo mesmo lugar, a onipotência de pensamentos no sentido que um acontecimento confirme o que alguém estava pensando.

O estranho se associa a uma crença animista, como se o mundo fosse povoado por espíritos que influem em acontecimentos. Difundida é a crença de que magia e bruxaria possam ter os efeitos de prejudicar pessoas, da mesma forma como o mau-olhado é associado à inveja. Em cima da morte há projeções de conteúdos contraditórios. De um lado, projeta-se nela culpa e castigo e, do outro lado, a imaginação de um mundo maravilhoso que pode substituir o útero materno. A culpa está na raiz do medo de fantasmas e de mortos que pudessem voltar. O escuro, o silêncio e a solidão se tornam insuportáveis quando se associa a eles conteúdos extremamente violentos.

Segundo S. Freud, a origem de tais pavores e associações está no inconsciente das pessoas. Coisas e pessoas estranhas podem tocar em culpas negadas, medos reprimidos, desejos extremamente proibidos. A intolerância é o meio de afastar tais conteúdos, de não entrar em contato com eles. A evitação de tais pessoas é o meio para não ser lembrado daquilo que causa culpa, medo e angústia. Onde há intensiva intolerância em relação a pessoas, com toda certeza pode-se dizer que tais pessoas representam um extremo perigo emocional que, a todo custo, precisa ser evitado. Mesmo que seja uma ideologia que aparentemente imponha a intolerância, na verdade é um conteúdo inconsciente que é evitado.

S. Freud cita ainda entre os pavores do estranho o medo da castração e o desejo de voltar ao útero materno. Podemos citar também o fato de que diabolização da sexualidade pode produzir visões de demônios e do próprio diabo. De qualquer maneira, temos que reconhecer que são conteúdos muito primitivos do inconsciente que estão atuando nas mais diversas formas da intolerância. A crença em espíritos que povoam o mundo e em animais que falam faz parte da mente infantil. Da mesma forma, é característica do estágio mais primitivo da mente infantil a crença

na onipotência de pensamentos. O que mais causa a sensação de estranhamento é o fato de não admitir que conteúdos tão primitivos estejam agindo dentro de nós.

Alguém que foi muito injustiçado, na hora da raiva pode desejar a morte da pessoa que o tem prejudicado e, pouco tempo depois, tal pessoa, de fato, morre. Automaticamente, a pessoa associa a morte da outra pessoa ao próprio desejo, mergulhando em profundos sentimentos de culpa que podem perdurar pela vida toda. Isso pode levar ao extremo em que todo e qualquer desejo agressivo se torne insuportável. Aliás, a inibição da agressividade pode ter a ver com a ocorrência de violências ocorridas no ambiente da primeira infância. A criança muito pequena refere tudo o que está acontecendo ao redor dela a si própria. Assim, ela atribui as brigas dos pais, a morte de um dos pais nessa primeira fase da vida, aos seus próprios desejos hostis e agressivos, desenvolvendo intensos sentimentos de culpa em relação a tudo que tem a ver com agressividade e violência. Uma consequência disso pode ser a autoagressão. A culpa subjacente também pode ser negada e transformada em manifestações maníacas. Formas religiosas que incitam a euforia podem ter a ver com isso. Toda a euforia, pois, tenta, por assim dizer, enganar uma culpa muito intensiva.

Intolerância em relação a doentes mentais e a presos

Sempre causou aversão muito forte o aspecto de pessoas com sintomas de paranoia e esquizofrenia. Alegando o perigo que tais doentes possam representar, desde cedo eles foram isolados e enclausurados. Independentemente da ameaça real que deles possa partir, muito mais fortes são os sentimentos que estes despertam nos demais. De forma geral, tais psicoses podem tocar, de um lado, em intensos desejos destrutivos e, do outro lado, na culpa que estes geram. Há pessoas que nem querem ver tais pessoas e, muito menos, entrar em contato com elas. O paranoico se comporta como se tivesse matado uma ou várias pessoas, motivo pelo qual está sofrendo a mais intensa das perseguições. O esquizofrênico, por sua vez, precisa salvar o mundo dele próprio, construindo um mundo à parte. O que está na origem das psicoses é a crença na onipotência dos pensamentos e desejos.

A culpa também parece ser responsável quando se evita presos em presídios. A maioria nega essa culpa na radical exigência que os presos têm que ser punidos pelo que fizeram. No nosso sistema penitenciário predomina de forma absoluta essa exigência, motivo pelo qual nem passa pela cabeça das instâncias responsáveis qualquer tentativa de reeducação por meio de diversas terapias. Dentro da

predominância da culpa, pastores e agentes de igrejas pentecostais podem conseguir as suas conversões entre os presos, ilustrando em todas as cores possíveis o castigo eterno do inferno. O risco que aí reside é que a culpa é simplesmente negada por meio da espécie de uma fanática euforia que se empenha na conversão de outros. A mídia apenas se dedica à situação dos presídios brasileiros quando há mortes nas rebeliões. Até a presidente do Supremo Tribunal Federal, depois de visitar vários presídios, denunciava a situação intolerável em que os presos estão obrigados a viver. Em tais circunstâncias, somente pode-se esperar que, após o cumprimento da pena, a tendência para cometer novos atos criminosos seja reforçada.

As sociedades sempre tiveram muitas dificuldades, tanto de lidar com doentes mentais quanto com pessoas que cometeram crimes e estão presos. Temos nesses dois fenômenos o lado oculto das sociedades que violentamente é negado. De uma ou outra forma, a própria sociedade cria doentes mentais e criminosos, mas se nega categoricamente de enxergar isso (Bastide, 1986). Doentes mentais e presos funcionam como bodes expiatórios da sociedade, que pagam por algo pelo qual nem têm culpa real. É preciso aqui diferenciar entre sentimentos de culpa, culpas inconscientes, e culpas reais. No primeiro caso, a origem da culpa se situa no imaginário. Já mencionei que a criança no estágio mais primitivo da evolução mental é egocêntrica no sentido de referir a si própria tudo o que está acontecendo ao seu redor. Como já vimos, é essa culpa inconsciente que gera a violência. Diferente, portanto, daquilo que normalmente se pensa, a culpa gera o ato da violência e não o ato a culpa. A punição faz parte desse mecanismo no sentido de assim receber o amor tão almejado. Além disso, a punição pode ser a única forma de contato com pessoas em que recebem atenção.

O inconsciente da sociedade é o narcisismo. Este se caracteriza por dois lados distintos, mas intimamente ligados entre si. O primeiro lado é o ideal, e o segundo a negação de tudo o que não é ideal, que pode ser identificado com culpa. Toda a sociedade é regida pelas suas leis que definem o comportamento ideal das pessoas. Os pais, eles próprios identificados com o ideal da sociedade, impõem aos seus filhos as imagens ideais que devem ser observados. Não se comportando de acordo com tais imagens idealizadas, a criança se sente como má, com pavor de perder o amor dos pais. Quanto mais intolerante for a imposição de ideais de comportamentos, mas intensa se torna a culpa. Na maioria dos Estados do mundo ocidental, as leis são influenciadas pela religião cristã. Esta, por sua vez, se caracteriza pela exigência de comportamentos ideais e pela ameaça e imposição de punições no caso de não corresponder a tais ideais. Enquanto o pecado atrai o castigo de Deus, o não

cumprimento da lei leva a punições. Ser a imagem que a religião exige como ideal garante a premiação de felicidade eterna e o cumprimento das leis traz prestígio e admiração.

É possível que se aponte a ditadura do ideal. Na sociedade, tal ideal garante ser normal. R. Betz questiona tal ditadura, perguntando: “Você quer ser normal ou feliz?” (Betz, 2011). O esforço todo visa a ser visto como a imagem ideal exigida, a felicidade é ser normal como os outros. Todavia, tal felicidade automaticamente impõe a absoluta necessidade de negar em si próprio tudo o que não é perfeito o que são as fraquezas pessoais e os pecados. Desse modo, tanto a religião quanto a sociedade produzem os doentes mentais e os criminosos, como já foi mostrado. Estes doentes mentais e presos representam o lado da imperfeição, que o idealismo narcisista precisa negar para poder conservar a exibição da sua imagem idealizada. No fundo, toda a intolerância tem a ver com essa ditadura do ideal. Tendo em vista que, erroneamente, a exibição da imagem ideal é vista como garantia de ser amado, a negação das falhas e das limitações se torna sempre mais compulsiva. Isto significa que a intolerância em relação a doentes mentais e presos e em relação a tudo o que é imperfeito só pode se tornar sempre mais compulsiva e violenta.

A idealização narcisista exige um homem perfeito, o desejo de o homem se tornar como deus. Segundo o Antigo Testamento, nisso reside o pecado que gera toda a infelicidade humana. Para libertar o homem dessa ditadura do ideal, Deus se torna homem, sujeitando-se a tudo o que faz parte do ser humano, menos o pecado. Assim Jesus entra em contato com os doentes mentais, os doentes físicos, os que foram marginalizados como pecadores. Ele mesmo se tornou preso e se sujeitou à violência da culpa humana. Deste modo, ele quebrou a ditadura do ideal e a sua intrínseca intolerância, tentando tornar o homem humano. A Igreja, na sua história, regredindo ao sistema ideal da religião, voltou a ser intolerante. Contra isso, na América Latina, os bispos proclamaram a opção por pobres, excluídos e marginalizados. Agindo assim, eles estão agindo dentro do sentido da encarnação de Jesus Cristo. Fiel a esta, a opção por pobres, excluídos e marginalizados não visa, em primeiro lugar, um ato de caridade individual, mas liberta tanto a Igreja quanto a sociedade da ditadura do ideal, isto é, do princípio da intolerância. Infelizmente, essa opção contra toda e qualquer intolerância volta a ser sufocada por práticas “espirituais” que favorecem o narcisismo religioso.

Para concluir gostaria de lembrar o que o Evangelho de Mateus nos ensina para enfrentar a intolerância. Mt 23 descreve o narcisismo religioso dos hierárquicos como hipocrisia. A palavra diz que todas as ações são impostas pelo inconsciente.

Por baixo da imagem ideal se esconde a violência que Mt 24 ilustra. As vítimas dessa religião hipócrita são os excluídos de Mt 25, 31-46. O próprio Jesus está presente nesses excluídos, marginalizados e necessitados. O relato da Paixão e Morte de Jesus deve ser lido sob esta perspectiva. A sua ressurreição interpreta essa opção pelos pobres como terapia libertadora contra toda a intolerância.

Referências bibliográficas

Academia Universal das Culturas, A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Baldaro Verde, Jole / Alessandra Graziottin, Transsexualismo. O enigma da identidade, São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

Barret-Ducrocq, Conclusão, Academia Universal das Culturas, A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp.263-271.

Bastide, Roger, Sociología de las enfermedades mentales, México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

Benetti, Santos, Sexualidade e erotismo na Bíblia, São Paulo: Paulinas, 1998.

Besson, Claude, Homossexuais Católicos. Como sair do impasse, São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Betz, Robert, Willst du normal sein oder glücklich? Aufbruch in ein neues Leben und Lieben, München: Wilhelm Heyne Verlag, 3.Auflage 2011.

Calvani, Carlos Eduardo (org.), Bíblia e sexualidade. Abordagem teológica, pastoral e bíblica, São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

Carvalho Ferraz, Flávio, Normopatia. Sobreadaptação e pseudonormalidade, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Chiland, Colete, O transexualismo, São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Dourado, Luiz Ângelo, Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

- Eco, Umberto, Definições léxicas. In: Academia Universal das Culturas, A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp.15-19, p.17.
- Freitas, Martha C., Meu sexo real. A origem somática, neurobiológica e inata da transexual idade, Petrópolis: Ed. Vozes, 1998..
- Freud, Anna, O ego e os mecanismos de defesa, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 4ª Edição 1977.
- Freud, Sigmund, Inibições, sintomas e ansiedade, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, Volume XX, pp. 93-201.
- Freud, Sigmund, Esboço de Psicanálise, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975, Volume XXIII, pp. 163-237.
- Freud, Sigmund, O estranho, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, Volume XVII, pp.271-318.
- Freud Sigmund, Um comentário sobre o anti-semitismo (1939), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975, Volume XXIII, pp. 323-329.
- Graham Cole, William, Sexo e amor na Bíblia, São Paulo: IBRASA, 1967
- Graham, Richard, Escravidão, reforma e imperialismo, São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- Graña, Roberto B., Homossexualidade. Formulações psicanalíticas atuais, Porto Alegre: Artmed, 1998.
- Herrmann, Horst, Sex und Folter in der Kirche. 2000 Jahre Folter im Namen Gottes, München: Bassermann Verlag, 3.Auflage 2013.
- Horner, Tom, O sexo na Bíblia, São Paulo: Gemini, 1989.
- Jahoda, Maria / Nathan W. Ackerman, Distúrbios emocionais e anti-semitismo, São Paulo: Editora Perspectiva, 1969, p.134.
- Kosnik, Anthony (coord.), A sexualidade humana. Novos rumos do pensamento católico americano, Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

Hinkelammert, Franz, *As armas ideológicas da morte*, São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

Lütz, Manfred, *Der Blockierte Riese. Psycho-Analyse der katholischen Kirche*, München: Pattloch Verlag, 2014.

Loewenstein, Rodolphe, *Psicanálise do anti-semitismo*, São Paulo: Editora Senzala, 1968.

Oro, Ivo Pedro, *O outro é o demônio. Uma análise sociológica do fundamentalismo*, São Paulo: Paulus, 1996.

Rodella de Andrade Tittoto, Patrícia, *Exílios e repatriações: entre percursos gerativos de fertilizações*, *Revista Brasileira de Psicanálise*, Volume 51, n.1, pp. 17-31, 2017

Talbi, Mohammed, *Tolerância e intolerância na tradição muçulmana*, In: *Academia Universal das Culturas, A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância*, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 55-59.

Wiesel, Elie, *Debate entre Elie Wiesel, Yehudi Menuhin e Jorge Semprun*. In: *Academia Universal das Culturas, A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância*, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997, tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 209-226.

VV. AA, *Clamor do Negro. Gemido do Espírito, Grande Sinal*. *Revista de Espiritualidade*, Petrópolis: Vozes, Volume XLII, 1988.

Recebido: 07/10/2017

Aprovado: 28/11/2017